

# O Conselho Estadual da Criança está inerte'

AJ08572

Luiz Vital

**O** senhor tem criticado de forma sistemática a falta de ações voltadas para a criança e o adolescente. Qual é o quadro atual no Estado?

—É muito grave. Há um afluxo muito grande de famílias pobres do interior do Estado, do Sul da Bahia, e do Leste de Minas Gerais, para cidades como Colatina, São Mateus, e a periferia da Grande Vitória. Em contrapartida, o poder público não está se estruturando para atender a essa demanda. Muitas dessas famílias abandonam suas crianças, ou as utilizam na mendicância. Assim, é cada vez maior o número de crianças que deixam o ambiente familiar, passando a conviver na rua. Sujeitando-se, inclusive — e aí é que está o pior — aos traficantes de drogas, e outros tipos de exploração. A criança, naturalmente, acaba aceitando, em troca de recompensa. Tudo isto está se avolumando no Estado. A situação está tão grave que se torna quase impossível reverter esse processo.

**—Qual a estimativa de crianças e adolescentes abandonados?**

—Só na faixa etária que vai dos cinco aos 16 anos, o número é em torno de 6 mil, em uma avaliação feita pelas entidades assistenciais. As autoridades dizem que não, que são pouco mais de 100, mas não é. São em torno de 6 mil, em vários tipos de abandono.

**—Quais são os tipos de abandono?**

—Por exemplo, uma criança de cinco anos que passa algumas horas na rua, fingindo que está vendendo alguma coisa, esta criança está em estado de risco, de abandono. É uma situação que tem que ser computada. Então, existem vários graus de abandono: o afetivo, falta de nutrição, de escolaridade, de convivência social, e falta de condição de aprendizado para o trabalho.

**—Qual o mais comum?**

—A miséria — e há as exceções, é claro — leva muitos pais a mandarem as crianças para a rua com a condição de voltar com algum dinheiro para casa. Senão leva uns tabefes, numa situação que provoca a perda da relação afetiva. A criança se sente desprotegida e vai para a rua, onde, aparentemente, ela encontra distração, alegria.

**—O Governo anunciou recentemente a intenção de extinguir o Iesbem, que é o órgão que coordena essas ações assistenciais. O que as entidades pensam dessa proposta? O que vai acontecer?**

*Nos últimos meses, ele se tornou o crítico mais ácido da política oficial voltada para a criança e o adolescente, no Estado. Ou da falta dela.*

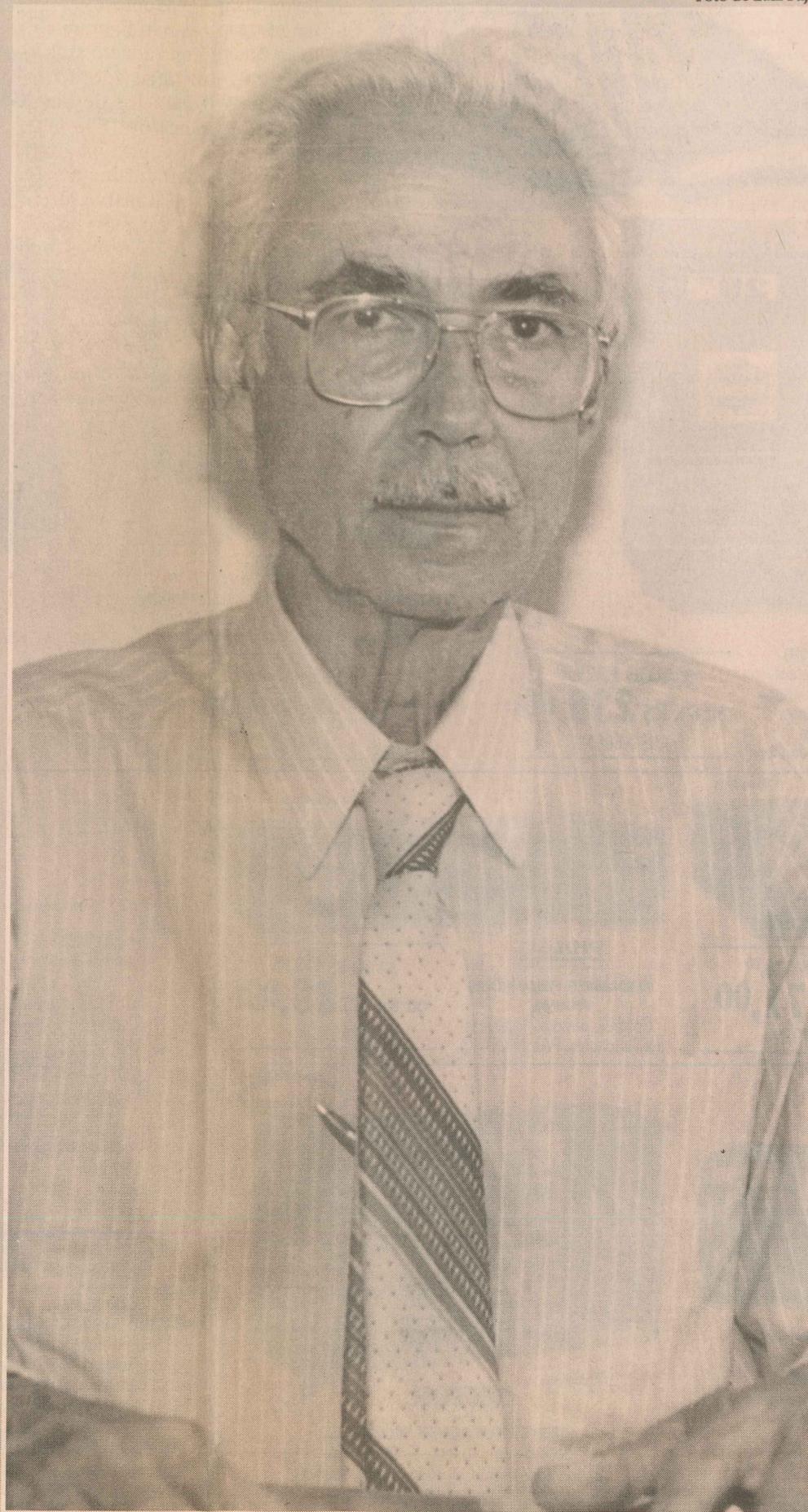
*Advogado financista e consultor, Ary Lopes Ferreira tem 70 anos, 29 dos quais dedicado a esta área. Com passagem em várias entidades assistenciais, Ferreira iniciou sua trajetória na antiga Fundação Espiritossantense de Bem Estar do Menor (Fesbem), na década de 60, em pleno regime militar, por indicação do então governador Christiano Dias Lopes. Fundou também a Campanha do Bem Estar do Menor (CBEM). Ary Ferreira foi conselheiro do Educandário Alzira Bley e dirigiu, por 20 anos, a Fundação Cidade do Garoto, entidade vinculada à Arquidiocese de Vitória.*

*Atualmente é assessor da União de Assistência à Criança e ao Adolescente (Unicriad). "O Governo quer transferir encargo, com a proposta de extinção do Iesbem", critica.*

*"Municipalizar o atendimento, da forma que quer o Governo, não resolve", diz. "O Iesbem deve ser reformulado", propõe. Conservador em relação às inovações contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Ferreira garante: "É uma lei que não serve para o Brasil".*

*Ele acredita que os maus tratos nos órgãos assistenciais estão "superados", e admite que existe uma proliferação de entidades de assistência. Ele ressalta que existem cerca de 6 mil crianças abandonadas nas ruas. "A situação é muito grave", assegura. Nesta entrevista ele traça um panorama da situação atual no Espírito Santo.*

Foto de Luiz Pajau



—Pela dificuldade de se completar os quadros. Os conselhos têm diferentes funções e as pessoas precisam ter adiestramento, conhecimento, conhecer alguma coisa dos direitos que vão exercer, normatizar ou defender. Se as pessoas que compõem esses órgãos não estiverem capacitadas para entender a legislação, os regimentos, não conseguem atuar frente aos representantes do poder público que estão nos conselhos.

**—Mas esta visão não elitiza os conselhos, mantendo um certo paternalismo?**

—Não, veja bem, não é elitizar. É ter gente capacitada para exercer esses direitos, para entendê-los, e poder sentar e conversar com as autoridades públicas, um promotor de Justiça, um secretário, um delegado de Polícia. Em alguns municípios se consegue essas pessoas, mas em outros não.

**—As prefeituras têm criado dificuldades para a formação dos conselhos?**

—Exatamente. Quando não obstem, dificultam. Quando não dificultam, se desinteressam. É um dos obstáculos realmente existente. O sistema idealizado pelo estatuto, que é complexo, não está funcionando. Não se consegue cumprir o estatuto.

**—O senhor acha que o estatuto é bom ou ruim?**

—Ele é bom. Mas para Israel, Canadá, Dinamarca, Suécia, Suíça. Não é para o Brasil.

**—Mas na sua plenitude ou há aspectos positivos?**

—Na plenitude dele. Ele prevê, por exemplo, que o estudante pode participar da avaliação do ensino na sua escola.

**—O senhor não concorda com isto?**

—Como pode no Brasil o estudante avaliar o ensino? Como pode uma criança de 11 anos participar disto?

**—Como não? O aluno pode avaliar se o ensino aplicado na sua escola é bom, sem que isto signifique que ele vá interferir nas notas.**

—Mas o estatuto prevê é a avaliação da pedagogia, do modo, do sistema, do plano de trabalho. Quem está aprendendo não pode avaliar aquele que sabe, e que está ensinando. Eu acho estranho isto para o Brasil.

**—Mas o que é bom para um país desenvolvido não é bom para o Brasil?**

—Mas tem que ser praticado, com condições para ser praticado.

**—O senhor não acha que a gente**

### proposta? O que vai acontecer?

—Esta proposta de extinção do Iesbem está sendo justificada principalmente na alegação de que a lei — o Estatuto da Criança e do Adolescente — manda municipalizar as ações sociais. Nós criticamos esta intenção em dois aspectos. Primeiro, a municipalização não significa que o Estado deixe de ter responsabilidade nesta área. E o pior é que a intenção é esta: transferir o encargo, querendo lavar as mãos. Segundo, não há lei estadual regulando esta municipalização. Compete ao Estado, e já propusemos isto duas vezes, inutilmente, regulamentar através de lei estadual esta transferência, para se estabelecer qual a obrigação do município; como ele irá exercê-la; de que recursos ele irá dispor, através dos repasses do Estado para as prefeituras; qual a orientação técnica. Enfim, o município não pode legislar sobre os direitos da criança, só o Estado pode. Do jeito que está sendo feito, o município nem fica obrigado a aceitar essa transferência de encargo. Ora, são 72 municípios, cada qual com suas características, há uma diversidade de formas de atendimento. Então, essa municipalização está sendo tocada de forma a justificar o motivo pelo qual não se está fazendo nada. Quem vai obrigar o município a aceitar esta tarefa?

—O Iesbem deve ser mantido como está, deve ser reformulado, ou criado outro órgão com nova filosofia?

—As críticas que as entidades assistenciais, os voluntários fazem, é a seguinte: a proposta de extinção feita pelo Governo deveria ser

discutida com as entidades que estão no sistema, e com o Conselho Estadual, e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. As entidades, que são cerca de 65, não estão sendo ouvidas acerca dessa proposta de extinção, e também da municipalização. E são as entidades particulares que estão ajudando o Iesbem a funcionar.

### —Quem desenvolve ações mais consistentes nessa área: as entidades ou o Iesbem?

—A prova está no último boletim informativo do Governo, de janeiro, que informa ter o Estado repassado R\$ 46 mil para as entidades, que cuidam de 6.671 crianças. O próprio Governo informa. Mas é só dividir R\$ 46 mil pelo número de crianças, que se chega a menos de R\$ 7,00 por criança, em um mês. É essa a ajuda que o Estado dá às entidades conveniadas ao Iesbem, através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Para se ter uma idéia, esses R\$ 7,00 dão para três dias. O que o Governo dá representa um décimo do ideal para o atendimento à criança, em condições normais, sem contar os excepcionais. Nessa área a situação se complica ainda mais, como na Apae, Pestalozzi, e outras.

—Mas nos últimos anos ocorreu uma proliferação de entidades, inclusive com denúncias de distribuição aleatória de recursos, ou sob critérios políticos, envolvendo a LBA e outros órgãos. Há quem diga que no Estado existem 150 entidades, sempre em busca de recursos, e os problemas não se resolvem. Muitas vezes existe a preocupação em distribuir sopas, oferecer abrigos provisórios, deixando de realizar uma política mais abrangente, com o envolvimento da família. O senhor não acha que existem outros interesses nessa área? Existem interesses políticos e financeiros nessas ações?

—Desde que se começou a discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós propusemos um seminário, que se realizou na Assembléia Legislativa, argumentamos que esse estatuto deveria ser da família, tirado do Código Civil. Dissemos, na ocasião: criança não nasce do nada, a origem é uma família.

—Desde que se começou a discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós propusemos um seminário, que se realizou na Assembléia Legislativa, argumentamos que esse estatuto deveria ser da família, tirado do Código Civil. Dissemos, na ocasião: criança não nasce do nada, a origem é uma família.

### —Em São Paulo, inclusive, as ações são feitas pela Secretaria da Família, Criança e Adolescente.

—Mas o Estatuto veio disciplinar o que o Código de Menores fazia, então a situação ficou na mesma. Hoje, no Brasil, não existe realmente uma política. O Estatuto criou o Conand, mas este foi montado por Collor de Melo, da mesma forma como foi criado agora o Conselho da Comunidade por FHC, escolhendo a dedo as pessoas que vão integrá-lo. Ficou muito ruim. Não há uma política nacional nem estadual. Aqui no

Estado, eu e Mário Gurgel sempre reclamamos isto. Está aí o Conselho Estadual, mas, infelizmente, ele é composto meio a meio, de acordo com o estatuto, 11 do Governo e 11 da comunidade. Os da comunidade são pessoas generosas, de bom coração, que querem ajudar. Os do Governo estão apenas defendendo o Governo. Então, não se harmoniza, não se consegue resolver nada. O Conselho Estadual está inerte. Se ele não funciona, o Executivo fica na dele, e o Legislativo não participa, a não ser quando acontece assassinato de crianças.

—E quanto a esse grande número de entidades?

—Ora, isto são os voluntários, o sentimento que as pessoas têm de fazer alguma coisa, que se associam, ou por princípios religiosos, ou até mesmo por prestação de serviços. É a vontade da sociedade civil se organizar para fazer alguma coisa. Agora, realmente não deveria haver essa multiplicidade imensa. Às vezes eu falo para uma pessoa: fortaleça uma entidade já consolidada, não crie outra. Mas as pessoas gostam de fazer o bem pelas próprias mãos. Mas não são 150 entidades não. A gente calcula que sejam 75 no atendimento à criança. As outras atendem também, fazem

alguma coisa. Mas aqui no Estado temos até sorte. Não conheço nenhuma exploração. Interesse político? Nesses últimos 30 anos só conheço um cidadão de entidade assistencial que se candidatou a cargos políticos, que foi o Mário Gurgel. Nunca nenhum dirigente de entidade buscou cargo público.

—O senhor acredita que essa proposta de extinção do Iesbem está confusa, como entendem os servidores do órgão?

—A coisa é tão séria que não podemos nem criticar a proposta, porque não sabemos o conteúdo dela.

*'Uma criança custa entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00 por mês e o Governo oferece R\$ 7,00. E esse repasse está com seis meses de atraso'*

Sabemos que é assim: ou vai extinguir ou incorporar à Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc), mas isto é voltar ao passado, porque já foi assim, no famigerado Departamento de Assistência ao Menor (DAM).

—Mas por que se criam tantos órgãos, departamentos, mudam as siglas, e não se resolve a questão? Investir em criança não dá voto?

—Acho que falta sinceridade de propósitos do Governo. Desde o início do Governo Albuíno Azere-do, tudo o que foi proposto pelo próprio Iesbem não foi acolhido no orçamento. O Iesbem sempre tem propostas muito bonitas, mas nunca são acolhidas. Criado o Conselho Estadual, a situação permaneceu a mesma.

—Para as entidades, como deveria ser o Iesbem?

—Em reunião que fizemos antes desse projeto de extinção do órgão, defendemos uma reformulação. O Iesbem seria um órgão normativo, que estabeleceria as regras. Então, paulatinamente, os municípios iriam instalando seus serviços de atendimento, com um regulamento

legal estabelecido pelo Estado. A centralização normativa e técnica seria no Iesbem, e a execução dos serviços nos municípios. Quando houvesse problemas no município, o Iesbem estaria dentro do sistema, e em condições de intervir. Municipalizar, por si só, não resolve. É transferência de responsabilidade. E o que pode ocorrer é o êxodo intencional de crianças para a Grande Vitória, o que muitos municípios mineiros fazem: colocam no trem e mandam para cá.

—Por que não se consegue atingir esses objetivos?

—Não tem justificativa. As tentativas de encontros com os governantes, para discutir essa área, foram infrutíferas.

—A distribuição de recursos do FIA resolve a situação?

—Não resolve o problema das entidades nem do próprio órgão estadual. Os recursos já eram poucos e permaneceram assim durante o ano de 1995. Ora, uma criança custa entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00, por mês, e o Governo oferece R\$ 7,00. E esse repasse está com seis meses de atraso.

A última vez que se pagou foi em agosto. E são as entidades assistenciais que atendem ao maior número de crianças. A situação é um caos, principalmente porque um grande número continua nas ruas.

—A dificuldade de formação dos conselhos é um entrave?

—Realmente os conselhos que existem não funcionam. De pouco mais de 40 conselhos municipais, talvez 15 funcionem. E de cerca de 20 conselhos tutelares, talvez meia dúzia esteja funcionando.

—Por quê?

—O senhor não acha que a gente precisa começar a praticar para aprender?

—Mas os próprios aplicadores não têm preparação para isto. Então fica escrito e não se faz. Tem muita gente que culpa a Rita Camata e o Nelson Aguiar por este estatuto, mas ele não é cumprido. Até gostaria que ele fosse praticado, mas não existem condições para isto, embora ele seja complexo e avançado demais.

—Os maus tratos, confinamento, e até assassinatos de crianças projetaram o Estado negativamente. Houve sempre um tratamento policial. Esta situação está superada?

—Isto melhorou. O juiz Moacir Rodrigues, quando à frente do Juizado da Infância e da Juventude, inaugurou o procedimento de

dar aulas nas escolas de formação de militares, levando a um entrosamento maior dos policiais com as autoridades judiciárias. A situação é melhor.

—E os casos de maus tratos nos órgãos assistenciais?

—São casos já superados, especialmente nesse Governo, diga-se a verdade. Com o conhecimento dele não ocorre isto, e não haverá. O Perly Cipriano nesse aspecto é respeitável. Mas já houve no passado. No Governo Albuíno mesmo aconteceram castigos a adolescentes lá na Unis. Mas no último ano daquele Governo não aconteceu mais.

—O senhor acha que a situação somente vai mudar se a sociedade exigir mais do Governo?

—É uma determinação minha no momento: estimular os dirigentes de entidades a cobrar mais. Inclusive, o Governo vai receber uma representação contra a Sejuc ou o Iesbem, assinada por três entidades assistenciais, pelo descumprimento de obrigações financeiras.

*'O Governo vai receber uma representação contra a Sejuc ou Iesbem, assinada por três entidades assistenciais pelo descumprimento de obrigações financeiras'*

*'A miséria leva muitos pais a mandarem a criança para a rua com a condição de voltar com algum dinheiro para casa'*